

CRISE DO IMPÉRIO E O DISCURSO LIBERAL-REPUBLICANO: A CONSTRUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NO GABINETE DE LEITURA DE MARUIM (1877-1889)

Denio Santos Azevedo
NPPCS/UFS
denio_azevedo@yahoo.com.br

CRISE DO IMPÉRIO E O DISCURSO LIBERAL-REPUBLICANO: A CONSTRUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NO GABINETE DE LEITURA DE MARUIM (1877-1889)

O cerne desta pesquisa consiste em analisar o Gabinete de Leitura de Maruim como um exemplo concreto de sociabilidade moderna e urbana em uma cidade caracterizada, na segunda metade do século XIX, pela produção do açúcar. Para tal, torna-se necessário situar os Gabinetes de Leitura no espaço e no tempo, desde suas origens, sua implantação na capital do Império e na província de Sergipe, especificamente sua instalação na cidade de Maruim em Sergipe no ano de 1877. Entendendo ainda, como os Gabinetes de Leitura, chegaram ao Brasil, quais os seus propósitos e quais as transformações introduzidas na sociedade local, destacando os novos ideais e procurando moldar o contexto em questão. Procurar-se-á levantar os vários significados que envolvem essa instituição cultural, política e social, onde as novas formas de sociabilidade aparecem e as disputas de poder entre os intelectuais são marcas registradas na busca pelo capital simbólico, necessário para a construção da então sociedade liberal-republicana emergente.

Palavras-Chave: Gabinete de Leitura de Maruim; Intelectuais; Império

Os Gabinetes de Leitura

Durante vários séculos a Igreja Cristã foi a grande responsável por selecionar o que deveria ser lido e como deveria ser interpretado. Atualmente os mais variados estudos revelam que alguns leitores procuraram fugir destes padrões estabelecidos e por diversas vezes exerceram uma atividade crítica e que não se omitiram frente a qualquer domínio, indo em busca de leituras “não permitidas” em sociedades secretas de ordem política, religiosa ou cultural. Para Chartier (1994) os artifícios de que lançam mão os leitores para obter livros proibidos, ler nas entrelinhas, e subverter as lições impostas são infinitos. Sabe-se que o papel da Igreja foi relevante e legitimado muitas vezes por detentores do capital político e pela população de uma forma mais ampla como a única instituição capaz de absorver e de repassar o conhecimento.

Devido a isto é que diversas Bibliotecas pertencentes à Igreja tinham que ser secretas, porque ali incluía obras que não estavam devidamente interpretadas no contexto do cristianismo do período em questão. Muitas vezes o acesso à biblioteca era restrito, porque existia ali um saber que era ainda

estritamente “pagão” e que poderia ameaçar a doutrina cristã. Autores como Aristóteles significavam, até o período da Renascença, um verdadeiro risco aos alicerces da Igreja e do “Estado” já que podiam fazer, segundo a visão dos censores, com que as pessoas perdessem o temor a Deus e, portanto, poderiam fazer desmoronar todo esse mundo. A informação restrita a alguns poucos representava continuidade da dominação e do poder. Com o renascimento, o iluminismo e o romantismo, a razão vai ganhando espaço para a pregação cristã, e as luzes vão clareando as sombras que as instituições dominantes faziam questão de prorrogar a sua escuridão.

Atrelado a um cientificismo em voga, uma “revolução da leitura”, seguindo conceito de Chartier (1994, p. 8), é descrita como “um perigo à ordem pública ou como um desregramento da imaginação e de sentidos”, esse furor de ler choca os observadores contemporâneos, ele tem, sem dúvida alguma, um papel essencial nos distanciamentos críticos que, em toda à parte da Europa, e especialmente na França, afasta os súditos de seu príncipe e os cristãos de suas igrejas.

Segundo Chartier (1994) estas instituições devem ser analisadas como um dos componentes de uma “revolução cultural” com origem asiática, ainda no período medieval, mas com relevância e uma feição própria, somente a partir da segunda metade do século XVII na Europa, modelo que irá influenciar a criação destas instituições no Brasil. Seu traço comum era o de serem “estabelecimentos de caráter ao mesmo tempo comercial e cultural que possibilitava aos seus subscritores a leitura e/ou a locação de livros e periódicos, sem que houvesse a necessidade de compra” (SOARES, 2006, p. 13).

Com relação a sua criação e expansão no Brasil e na Europa os motivos são bastante diferenciados. Na Europa, em particular na França (*Cabinet de Lecture*), Inglaterra (*Circulating Library*) e Alemanha (*Leihbibliotheken*) dos séculos XVIII e XIX, apesar de suas diferenças históricas, correspondeu à expansão do mercado livreiro, veio ao encontro de uma população ávida de leitura e, mais que isto, apaixonada pelo gênero romance, então florescente, a multiplicação e a transformação dos jornais, o sucesso dos pequenos formatos, a redução do preço do livro, graças às cópias, a proliferação das sociedades de leitura como as bibliotecas de empréstimo. Com relação a França e a Inglaterra especificamente, Soares (2006, p. 17/18) destaca:

A ênfase na difusão do conhecimento, fruto das idéias iluministas, propiciou um aumento inédito no número de alfabetizados. Assim como a ascensão das classes sociais, com destaque às ligadas ao comércio e à indústria, tornou possível às pessoas empregarem parte da renda mensal no consumo de artigos até então considerados de luxo, dentre eles os livros. Ao mesmo tempo, avanços tecnológicos e transformações econômicas resultantes da Revolução Industrial possibilitaram a uma parcela da população, especialmente a da classe média que residia nos grandes centros urbanos, dispor de mais tempo para o lazer. No caso das mulheres inglesas, por exemplo, muitas já podiam contar com produtos manufaturados que dispensavam-nas de tarefas domésticas até então habituais, tais como fazer pão ou fiar.

No Brasil ocorria justamente o oposto, impressão e editoração incipientes, foram criados pelos detentores do capital econômico e político, de outras esferas públicas, geralmente de caráter filantrópico, e raramente com o apoio do mecenato estatal, eram regidos por estatutos próprios, com finalidades múltiplas, podendo locar ou emprestar os impressos disponíveis em seu interior.

Segundo Chartier (1994) na primeira metade do século XIX, havia poucos livros disponíveis ao leitor europeu. Além de raros, eram caros. Além de raros e caros, volumosos: editava-se um romance em vários volumes, devido à técnica de impressão em duas colunas, com tipos grandes. E a parcela alfabetizada da população, minoritária, ainda não constituía um mercado promissor. Pouca demanda gera pouca oferta, em termos editoriais a produção era bastante reduzida. As duas principais formas de acesso ao livro eram a literatura de *colportage*, ou seja, a entrega dos volumes no lar do consumidor, e o Gabinete de Leitura.

Os Gabinetes de Leitura eram os compradores majoritários das tiragens das editoras francesas. A novidade foi introduzida no Brasil com a vinda da Família Real e dos livreiros franceses, depois da abertura dos portos, em 1808, e a primeira instituição efetivada que se conhece no Brasil é o Real Gabinete de Leitura Português.

Segundo Moraes (1979), de forma geral, o Brasil Colônia concentrava os livros nos conventos, principalmente dos padres da Companhia de Jesus. No fim do século XVI, os jesuítas instalaram uma Biblioteca em Salvador. Em 1677, o primeiro catálogo verdadeiro de biblioteca brasileira foi feito pelo padre Antonio da Costa. Outras ordens religiosas, beneditinas, franciscanas e carmelitas, tinham bibliotecas. Os franciscanos, por exemplo, reformularam em 1776 os seus estudos e adotaram a filosofia da Ilustração.

Em Sergipe, os padres franciscanos aportaram por volta de 1657, procurando construir um convento que de acordo com Gonçalves (1991) até 1760 ainda não estava terminado. Por algum tempo mantiveram aulas de primeiras letras e gramática latina em São Cristóvão (capital da província neste momento), no Convento em reforma, que já possuía uma Biblioteca.

Do ponto de vista formal/usual o Gabinete de Leitura é uma instituição que aluga ou empresta livros, jornais, revistas, dentre outros, por vezes até para a leitura domiciliar. Mas o estudo de um gabinete não se resume ao estudo de uma Biblioteca, esta é apenas um componente do todo que corresponde a esta esfera pública. Além do que, o conteúdo do acervo das instituições aqui pesquisadas era bastante diferenciado, principalmente sendo a Biblioteca Pública financiada pelos

governantes do Império, as obras caracteristicamente eram selecionadas pelos ideais monárquicos e católicos.

Nos gabinetes de leitura organizavam-se, debates literários e científicos, discursos eram proferidos e por vezes publicados, produziam-se periódicos, tinham estatutos próprios, sócios contribuintes e remidos, organizavam-se, saraus, colóquios, jogos de baralho, dentre outros. A princípio já se pode diferenciar as Bibliotecas Públicas do século XIX com os Gabinetes na questão do empréstimo ou aluguel do livro ou dos periódicos, pois as instituições públicas proporcionavam também a consulta gratuita, mas somente em suas dependências.

De acordo com Schwarcz (2002) os livros no Brasil colonial eram escassos, devido à proibição da Metrópole de instalar uma tipografia no país e à censura. Na passagem do século XVIII para o XIX, a leitura e os livros foram tomando espaço no Brasil. Foram instaurados também lugares especiais para os livros, como bibliotecas e livrarias. As tipografias, criadas a partir da extinção do monopólio da imprensa pelo Governo, seguida da abolição da censura em 1821, limitavam-se a modestas gráficas nas províncias de Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Pará, Sergipe, Rio de Janeiro e São Paulo. Cuidavam apenas de imprimir os jornais e discursos, pois os livros eram impressos, normalmente, em Paris.

Os Gabinetes de Leitura criados no Brasil pelos portugueses - o do Rio de Janeiro foi o primeiro, mas mais tarde virão os do Recife (1850) e o da Bahia (1863). Sabe-se ainda da existência de outros Gabinetes fundados normalmente por estrangeiros que residiam no Brasil neste momento. Em Sergipe existiram o Gabinete Literário Sergipano, o Gabinete Literário Laranjeirense, o Gabinete de Leitura de Riachuelo e o Gabinete de Leitura de Tobias Barreto.

Assim, a exemplo do que se passava na Europa, em São Paulo, na Bahia, em Pernambuco, na capital do Império e em diversas localidades no Brasil, a cidade canavieira de Maruim em 1877 criou o seu Gabinete de Leitura. Originado por alemães e brasileiros, e influenciados pelos modelos já existentes, numa sociedade que ainda era marcada pela ordem escravocrata, pelo alto índice de analfabetos e com projetos prenunciadores do progresso. A “officina de luz” surge na “terra propagadora das letras”, parafraseando um dos seus oradores oficiais.

Segundo ata de instalação de mesma data, com discurso proferido pelo Presidente da Província, um grande comerciante, estudioso da medicina, Dr. Thomaz Rodrigues da Cruz, que permaneceu como Presidente Interino até a eleição da primeira diretoria, onde foi escolhido o comendador Antônio José Fernando de Barros como primeiro presidente eleito. Inicialmente esta instituição pública seria bancada pelos sócios beneméritos, “que se distinguem por serviços

prestados à sociedade ou fizeram donativos, gozarão de regalias dos sócios efetivos sem retribuição”, em conformidade com o artigo 08 do Estatuto do Gabinete Litterario de Maruim de 1877. Nesta categoria compunham o Gabinete um grande proprietário de terras da região do Cotinguiba José de Faro Rollemberg, que fazia diversas transações comerciais e financeiras na Província, F. Otto Schramn¹, o Cônsul alemão, o já referido Dr. Thomas Rodrigues da Cruz e o ilustre comendador João Rodrigues da Cruz, dono da “Casa Cruz”, mais tarde “Cruz & Cia.”. E os sócios honorários, “não sendo sócios honraram a sociedade com serviços e ofertas, ou dispensando sua proteção em favor dela”, de acordo com o artigo 09 do Estatuto do Gabinete Litterario de Maruim de 1877. Composto pelo comerciante Cypriano d’Almeida Sebrão e pelo Dr. Dionísio de Menezes e o Dr. José Martins Fontes.

Em 1860, Adolphine Schramm, alemã e tia do grande mentor do Gabinete de Leitura de Maruim, o cônsul F. Otto Schramm, já relatava a existência de uma potencial biblioteca em sua residência: “encomendamos uma seleção de livros interessantes, agora lidos por todos os participantes da nossa pequena colônia alemã. Parece uma pequena biblioteca. Sou muito exigente em relação ao regulamento: o livro emprestado deve sempre ser devolvido para se receber outro da minha mão” (CARTAS DE MARUIM, 1991, p. 27). O acervo particular dos Schramm, possivelmente, foi todo ou parcialmente transferido para a Biblioteca do Gabinete de Leitura de Maruim, juntamente com o modelo de empréstimo das obras.

Segundo Silva (1920) no interior do Gabinete constava um acervo, já no segundo ano de funcionamento, com 667 obras em seu interior em 1076 volumes, distribuídos em português, espanhol, alemão, inglês e latim. No final do XIX e início do XX, já constavam 2.070 obras, em 2.781 volumes e a novidade seriam 154 obras em francês, distribuídos em 236 volumes. De acordo com Martins (1990, p. 77) no mesmo período a Biblioteca do Gabinete Português de Leitura da Bahia constava um acervo de 3.000 volumes. Portanto não muito diferente da realidade sergipana e ainda levando em consideração o tempo de atividade e deste último está localizado na antiga capital do Império.

De acordo com o catalogo da biblioteca do Gabinete, no acervo da instituição em Maruim no final do século XIX, constava obras de Voltaire (1860), Rousseau (1857), Júlio Verne (1878), Michelet (1863), Balzac (1863), M. A. Thiers (1862) com a sua “História da Revolução Francesa”, Antônio Feliciano de Castilho (1863) em “Camões: estudo histórico e poético”, Frédéric Soulie (1852) com “Le Veau d’or”, I. F. da Silva e L. A. Rebello da Silva (1853) em “Poesias de Manuel Maria de Barbosa du Bocage”, Sebastião da Rocha Pitta (1880) “História da América Portuguesa”,

Visconde de Taunay (1896) com “Innocencia”. Obras normalmente editadas em Paris, Bruxelas e Lisboa.

Lembrando que a forma corriqueira de leitura, então vigente, resultava em algumas situações que eram geradoras de sociabilidades. Como havia poucas obras disponíveis e poucas pessoas alfabetizadas, a leitura existia como um ato comunitário. Uma pessoa lia a história para as outras, reunidas à sua volta. O "sarau de família" era a situação típica de leitura, retratada por José de Alencar (1965, p. 106) em seu livro “Como e Por que Sou Romancista”, escrito na segunda metade daquele século.

Percebe-se ainda na documentação pesquisada a necessidade constante em difundir a idéia de civilização. Civilização era o caminho a ser seguida pela maioria das sociedades ocidentais que se queria desenvolvida, esta era marcada pela instrução de um “povo” nas artes e nas ciências e a única que pode fazer a prosperidade moral e material de uma sociedade. A civilização seria capaz de esclarecer o espírito, e conceder o bem estar. A criação de instituições, a circulação de novas idéias e valores e a difusão de obras literárias e artísticas possibilitariam essa prosperidade moral e material, contribuindo para a formação do “povo” e a constituição de um grupo com capital simbólico e após ser conhecido e reconhecido, pelos seus pares e a população de uma forma geral, poderia exercer o poder simbólico.

Tomando como referência o que foi explicitado acima, percebe-se a partir do discurso de um dos Oradores Oficiais do Gabinete de Leitura de Maruim, João Pereira Barreto, na sessão comemorativa do 22º aniversário da Fundação do Gabinete de Leitura de Maruim. o quanto estas situações se faziam presentes:

(...) a historia nos dira que o bafejo revolucionário de idéias humanitarias, para conseguil-o abriu uma escola no lugar de um presidio collocou um livro onde estava o pergaminho do preconceito. Se é verdade que nada podemos esperar d'elle [o povo] que é quem mais sofre, d'elle que estortega indefeso, inerme nos grilhões de uma cadeia quebradiça, e tudo isto porque não tem princípios, e tudo isto porque não tem instrucção. Senhores, aos que poderem beber na história a licção de todas as reformas; aos que poderem aprender na vida dos povos como um povo progride, compete, impõe-se o dever de arrastar a multidão amorpha, inconsciente para o seio d'estas bibliotecas, e fazel-a parar aqui, de onde sahirá autonoma, consciente digna e viril (...) é mister que nos preparemos dando um livro e uma espada a cada cidadão (...) quando estiverem ameaçados nossas liberdades e prerrogativas civicas, verse-ha levantada nesta parte da América, não aturba indisciplinada de homens sem princípios e sem educação, mas a legião de bravos.

O Gabinete efetiva-se no cotidiano enquanto importante casa de divulgação do conhecimento científico e literário. Em 1889 os sócios do Gabinete de Leitura de Maruim inauguram a “Revista Literária”, que circulou durante dois anos. Vale a pena ressaltar que esta instituição tinha a sua própria tipografia.

A condição de integrantes do grupo detentor do capital intelectual (BOURDIEU, 1993; 2006) e, especialmente a de “protetores das letras” rendia aos agentes e aos seus patrocinadores um capital social (1998; 2003). A crença de que era possível construir uma imagem de progresso, levar Sergipe rumo à civilização, com os ideais liberais e republicanos que marcavam a realidade nacional neste momento da criação do Gabinete de Leitura de Maruim e participar ativamente no processo de construção desta identidade são os principais fatores que incentivaram a participação desses agentes em instituições culturais como o Gabinete de Leitura de Maruim.

A base de sustentação dos seus discursos foi os ideais liberais e republicanas, surgindo ou se tornando como instituições de utilidade pública, o que demonstrava a sua relação direta com o estado. Já com relação a necessidade de democratização da cultura, almejavam ampliar a ação instrutiva para os grupos economicamente menos favorecidos da sociedade, fundando escolas, franqueando ao público uma Biblioteca, promovendo conferências literárias e científicas, organizando o lazer com teatro, jogos de carta, colóquios, festejos no período de aniversário das instituições, saraus, o elogio a pares, a homenagem a expoentes locais e traçar os rumos da nova sociedade na crise do Império, sempre como expressões da modernidade.

Em 1917, alavancados pelos ideais liberais de educação pública, instrução e a sua relação com a civilização e o progresso, o corpo diretivo do Gabinete de Leitura de Maruim criou a Escola Noturna de Primeiras Letras José Quintiliano da Fonseca, homenageando o comerciante e um dos fundadores do Gabinete de Leitura de Maruim, destinada aos carentes e comerciários.

Fica desde logo evidenciado o caráter pragmático da instituição, ruptura com o ensino “ornamental e beletrista” ao gosto da tradição “pedagógica jesuítica”, de acordo com o discurso de inauguração da escola proferido por um dos seus oradores oficiais. Inicialmente, a fundação desta escola em Maruim traria para os componentes do Gabinete uma possibilidade de reconhecimento por grande parte da população, auxiliando na conquista do capital simbólico. Em seguida a criação desta instituição gera novas formas de sociabilidade. Logo após o aprendizado da leitura frequentariam a Biblioteca do Gabinete ou poderiam até fazer o empréstimo de uma das obras, previamente selecionadas pelos bibliotecários

Com relação ao aspecto político em si, percebe-se que grande parte das cidades no Brasil queria ser corte no século XIX e os agentes que pertenciam à elite econômica ou a nova classe média urbana, sonhavam com os cargos públicos e o domínio do poder local, restrito no Império aos “amigos do Imperador”. Os títulos e os cargos eram distribuídos a todo o instante, e liberais e conservadores, membros de um mesmo grupo social, com mesmas aspirações de ordem privada se

revezavam no poder. Mas surgem os projetos prenunciadores do progresso, a crise do Império e o “sonho” republicano para aqueles que não foram contemplados no império, ou os que são obrigados a se ajustar a nova realidade.

No momento de fundação do Gabinete de Leitura de Maruim não visualizar o nome de João Gomes de Mello, o Barão de Maruim, principal liderança na região da Cotinguiba, um dos grandes proprietários de terra de toda a província, com títulos e cargos de expressão neste momento, foi o primeiro indício para a necessidade em perceber que por trás daqueles livros se escondiam vários outros objetivos. Com a leitura dos discursos proferidos, no interior do Gabinete ou na imprensa local, por agentes que compunham a instituição aqui destacada, nota-se uma mudança extremada quando comparada às práticas discursivas com a realidade vigente. Portanto uma rivalidade política local, uma disputa de poder e a crise do açúcar levaram a um grupo social específico a absorver as idéias liberais e republicanas e contrariar discursivamente as suas práticas de manutenção do Império, de seus aparelhos de repressão e manutenção das idéias conservadoras. Estes talvez sejam os principais motivos aqui destacados que marcam o aparecimento e o desenvolvimento do Gabinete de Leitura em Maruim.

Liberais e Conservadores, por todo o Império, lutaram por interesses particulares em detrimento do público, houve a tentativa de um controle local do poder e o controle externo, eram representantes dos interesses financiadores da agroindústria açucareira em Sergipe. Seguindo o pensamento de Felisbela Freire (1977, p. 313), “não passam de dois bandos, sem coesão de uma idéia, e, em luta contínua, contra os interesses dos seus chefes e dos seus adeptos”. Uma grande prova da ausência de ideais é que a grande maioria dos atores que formaram os quadros destes partidos políticos, mais tarde “vão aderir ao regime e ao Partido Republicano, e na grande maioria dos casos continuaram invocando a velha identidade se auto-denominando conservadores ou liberais” (OLIVA, 1991, p. 14).

Tal instituição seria um dos locais onde a nova tendência política seria apresentada, debatida e externada, com interesses bastante específicos, tais quais a adaptação a nova realidade e a conquista de um capital simbólico. Portanto, um grupo que fazia “oposição” ao principal representante político e econômico do município, o Barão de Maruim, decide fundar o Gabinete e difundir os ideais liberais, buscando o reconhecimento por parte da população de um capital simbólico necessário para moldar a sociedade em questão. Queriam estes agentes criar uma identidade liberal-republicana e a maneira escolhida para tal foi a de criticar a organização política, econômica e cultural do Império.

Com base na historiografia sergipana, percebe-se que esses ideais liberais, representados pelo movimento abolicionista, a expansão da educação popular, a implantação do trabalho livre e os ideais republicanos tomou força em Sergipe nos anos 80 do século XIX, na região da Cotinguiba. Percebe-se o caráter pioneiro do Gabinete de Leitura de Maruim na região e conseqüentemente na província, já em 1877, debatendo e difundindo tais modelos, nos discursos proferidos e a concretização destes com a criação do próprio Gabinete, da sua Biblioteca, dentre outros.

No interior desta os detentores do capital econômico, oligarquia em crise ou representantes dos novos grupos sociais, e do capital político, liberais que se diziam oposição aos conservadores, se adequaram à nova realidade republicana criaram, financiaram, dirigiram e ditaram os ideais que circundavam o Gabinete de Leitura de Maruim e depois se tornaram representantes políticos da República em Sergipe.

Os membros do Gabinete de Leitura em seus discursos demonstravam um sistema político completamente diferenciado do Império, com a participação “popular” na escolha dos representantes, leis mais justas, descentralização administrativa e as práticas política e econômica visando o público e não o privado.

Na prática, para a implementação do projeto de governo, correspondente aos discursos veiculados nos meios de comunicação e nas reuniões públicas, “era preciso respaldo político e quadros com alguma experiência e traquejo público, elementos que os novos administradores tinham carência”. (DANTAS, 2004, p. 16)

Durante o primeiro mês da República, Sergipe foi governado por juntas provisórias efêmeras, quando seus membros passaram a encontrar dificuldades na montagem de uma estrutura de poder diferenciada da ordem provincial. “Com pequena vivência política, os republicanos estranharam o jogo de pressões e contrapressões naturais do exercício do poder” (DANTAS, 2004, p. 24). Foram os “homens novos”, e não os antigos monarquistas, que mais se destacaram na responsabilidade de governar Sergipe no início da República, dentre eles alguns nomes que compunham o quadro diretivo ou foram Oradores Oficiais do Gabinete de Leitura de Maruim, demonstrando o capital político conquistado no processo de criação de uma mentalidade liberal-republicana. Como exemplo, o primeiro Presidente do Gabinete de Leitura, o comerciante Tomás Rodrigues da Cruz (1852/1919), que assumiu o cargo de forma interina, foi também o primeiro Governante de Sergipe no período republicano (15.11.1889 a 17.11.1889) e Senador da República (15.11.1890 a 1893).

Como advento da República, percebe-se uma mudança significativa nas relações do Gabinete de Leitura de Maruim com os Governantes de Sergipe, que podem ser exemplificados através do reconhecimento de Utilidade Pública através do Deputado Federal, natural de Maruim, Deodato Maia, o Gabinete de Leitura de Maruim é reconhecido de Utilidade Pública Federal em 1º de outubro de 1919, através do decreto federal nº 3776 ou de concessão de subvenções. A esfera pública que inicia como particular e literária, sobrevivendo apenas das doações dos seus sócios, passa a ter um auxílio expressivo do Estado. Na sua inauguração o Gabinete funcionava em uma casa alugada à rua do Cabula, atualmente rua Fausto Cardoso e em 17 de janeiro de 1926, com o auxílio da Prefeitura Municipal, adquiriu um prédio próprio na Praça da Matriz.

Considerações Finais

Em suma, acredita-se que o Gabinete de Leitura de Maruim, apareceu para a população local como literária e particular, abrigando agentes detentores do capital econômico (grandes proprietários de terra e grandes comerciantes, principalmente), que atravessavam um momento delicado devido à crise econômica e política que atravessava o país e também atingia a região mais próspera da província até o momento, serviu como espaço gerador de novas sociabilidades, construiu e reforçou capitais simbólicos e políticos e gerou uma certa democratização da cultura.

Instituição que abrigava “homens novos” e antigos defensores da monarquia e do regime escravocrata, os primeiros em busca de um conhecimento e reconhecimento para figurar no novo universo da política republicana, os outros procurando adaptar-se a nova realidade sem perder o poder local, mas ambos almejavam um único objetivo a busca de um capital simbólico, capaz de lhe conferir um poder simbólico.

Reunia livros proibidos, aclamavam a entrada do “povo” em suas dependências, realizavam convites para que este aprendesse a ler e a contar, pregavam contra o Estado Imperial e a até mesmo contra a Igreja Católica, já que naqueles tempos, ambos constituíam-se em entidades próximas e antagônicas a nova ordem.

Alimentou utopias e projetos em suas práticas discursivas. Conquistou adeptos, dialogou com outras instituições, publicou os seus ideais em periódicos, procurando difundir a educação popular, a laicização do ensino, o fim do beletismo, a liberdade do escravo e o sonho da República.

Lá encontramos o pequeno agricultor, os comerciários, os “carentes” e as mulheres, estas como bibliotecária ou como presença garantida no salão da instituição e citada nos discursos proferidos pelos Oradores Oficiais do Gabinete de Leitura.

Demarcado como uma organização urbana, está centrada em uma realidade tipicamente rural, marcados pelos canaviais tocados a escravos. Mas que tinha a frente um alemão, F. Otto Schramm, vindo de terra distante, portador de um tempo europeu, movido por ideais liberais, procurando reproduzir no meio que viviam projeções de um outro mundo, procurando criar símbolos representativos de distinção, progresso e civilidade.

Por trás das suas falas, impregnadas de ideais liberais e republicano, muitos destes possuíam uma prática bastante diferenciada, pois pertenciam a elite branca, proprietária e livre, eram presas apenas à representação imaginária da liberdade, igualdade e fraternidade. Operantes e discursivos na oposição, unidos em torno da causa abolicionista e da difusão do saber, criaram o Gabinete de Leitura de Maruim com intuítos particulares bastante específicos: poder local, eleições, cargos públicos, subsídios estatais.

Almejando o poder local e procurando inserir Sergipe no caminho do progresso e da civilização, dialogando com os pares locais e residentes em outras províncias, os agentes que compunham a instituição aqui analisada, buscaram criar uma identidade que se dizia liberal e republicana, oscilante entre o país “imaginário” e o país “real”. O Gabinete de Leitura de Maruim surge enquanto lugar da sociabilidade, uma esfera pública aonde, atrelada a outras instituições liberais e republicanas, no Brasil, e ratificando o pensamento de Faoro, “silenciosamente, alguma coisa acontecia, passo a passo minando as bases da Monarquia”.

Notas:

¹ A família Schramm em Maruim foi a detentora das firmas Schramm & Cia., conhecida na região da Cotinguiba como Casa Inglesa, o nome dado pelo seu primeiro proprietário Eduardo Winne, que acumulava os cargos de vice-cônsul da Noruega e da Suécia em Maruim, que com a crise motivada pela Guerra do Paraguai decidiu vender o empreendimento ao sr. Adolph Schramm. Eram exportadores de açúcar e importadores de máquinas. F. Otto Schramm assume o controle dos negócios da família em 1865, ano da morte de sua tia Adolphine Schramm casada com o responsável pelos negócios até este momento Ernest Schramm. Com as sucessivas crises do açúcar brasileiro no mercado internacional e as leis abolicionistas a Schramm & Cia. decreta falência em 1900. Possuía filiais em Recife, Salvador, no Rio de Janeiro e na cidade alemã de Hamburgo. A instituição deu grande impulso a economia sergipana no setor de crédito, financiando safras de açúcar e na aquisição de propriedades rurais. Merece um estudo mais apurado, mas pode ser considerada como a primeira casa bancária de Sergipe. Pelo seu prestígio econômico trouxe para Maruim aproximadamente trinta alemães entre comerciantes, médicos e trabalhadores rurais livres.

Referências Bibliográficas:

ALENCAR, José de. **José de Alencar – Ficção completa e outros escritos**. vol. I. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965.

AGUIAR, Joel. **Escorço Histórico do Gabinete de Leitura de Maruim**. Aracaju, Gráfica Gutemberg, 1929.

BARRETO, João Pereira. **Discurso proferido na sessão comemorativa do 22º aniversário da fundação do Gabinete de Leitura de Maruim**. Santos: Typografia Universal de Turnawer & Sampaio, 1900.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **O Poder Simbólico**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

Cartas de Maruim. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/NUCA, 1991.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora UNB, 1994.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FREIRE, Felisbello Firmino de Oliveira. **História de Sergipe**. 2ª ed. Petrópolis/Aracaju: Vozes/Governo do Estado de Sergipe, 1977.

GONÇALVES, Maria de Andrade. O processo de formação e as manifestações culturais. In: **Textos para história de Sergipe**. São Cristóvão/Aracaju:UFS/Banese, 1991. P. 251-194.

MARTINS, Ana Luiza. **Gabinetes de leitura da Província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido. (1847-1890)**. São Paulo, 1990. (dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da Universidade de São Paulo).

MORAES, Rubens Borba . **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. RJ: Livros Técnicos e Científicos/ SP: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

OLIVA, Terezinha Alves de. Estruturas do Poder. In: **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS/BANESE, 1991.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis**. SP: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe (1820-1920)**. São Paulo. Seção de obras de “O Estado de São Paulo”, 1920.

SOARES, Maria Angélica Lau Pereira. **Visão da Modernidade: a presença britânica no Gabinete de Leitura (1837 – 1838)**. São Paulo, 2006. (Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).